

## A actividade partidária transnacional e as relações de Portugal com a Comunidade Europeia\*\*

Este documento analisa a interacção dos sistemas nacional e internacional durante a transição de Portugal para a democracia nos anos 70. Debruça-se sobre o papel que a Comunidade Europeia desempenhou no processo de democratização do país, utilizando a actividade partidária transnacional como um prisma através do qual pode ser estudado o conjunto complexo de variáveis nacionais e internacionais que actuaram sobre este processo.

O documento dá resposta ao interesse cada vez maior que se verifica em volta do papel da Comunidade Europeia como interveniente político, particularmente nos seus esforços para apoiar a democratização de Estados que aspiram a ser membros. O caso português, um dos primeiros em que a CE desempenhou esse papel, oferece novas perspectivas sobre a forma como a actividade desta organização em relação aos partidos pode afectar a evolução política, quer a nível nacional, quer internacional.

O estudo de caso centra-se no Partido Socialista português (PS), nas suas relações com os partidos socialistas<sup>1</sup> dos Estados membros da CE, com a

---

\* Georgetown University.

\*\* Documento preparado para comunicação à IV Conferência Bienal Internacional da Associação de Estudos sobre a Comunidade Europeia, 11-14 de Maio de 1995, Charleston, Carolina do Sul.

Entre os elementos dos partidos e da CE entrevistados a propósito desta investigação contaram-se: Prof. Jorge Campinos (PS e CE), Hans Eberhard Dingels (SPD), Prof. José Medeiros Ferreira (ministro dos Negócios Estrangeiros, 1976-1977), John Fitzmaurice (Comissão Europeia), Veronica Isenberg (SPD), Hans Janitschek (Internacional Socialista), Rui Mateus (PS), Tom McNally (Partido Trabalhista), Manfred Michel (SPD, Confederação e Grupo Socialista).

Traduzido da língua inglesa por Ana Barradas.

<sup>1</sup> Quando referido aos partidos europeus como grupo, o termo *socialista* aplica-se aqui aos partidos socialistas e sociais-democratas, como acontece com as designações da Internacional Socialista e da Confederação dos Partidos Socialistas da Comunidade Europeia.

Confederação dos Partidos Socialistas da Comunidade Europeia e o Grupo Socialista no Parlamento Europeu. A sua tese central consiste em que a actividade partidária transnacional não só afectou a política seguida pela CE em relação a Portugal, como também teve efeitos demonstráveis no sistema político nacional.

Utilizando como base a teoria da interdependência e das ligações, o documento apoia-se em trabalhos anteriores de Geoffrey Pridham (1990 e 1991), Laurence Whitehead (1986 e 1991) e outros sobre o papel da CE na democratização da Europa meridional. Difere destes na medida em que se centra no papel da actividade partidária transnacional. Também aborda questões actualmente em discussão nesta área sobre a viabilidade dos grupos partidários da CE e o seu papel na tomada de decisões da Comunidade, como é o caso das questões levantadas por Haas (1968) e Henig (1979) nos seus estudos sobre os grupos partidários da CE.

## CONTEXTO

Nos anos 70 verificaram-se no seio do socialismo europeu, na Comunidade Europeia e nas relações Leste-Oeste evoluções importantes, que criaram condições favoráveis à actividade partidária transnacional em Portugal. Os partidos socialistas europeus estavam empenhados num reexame de algumas das premissas básicas do Estado-providência, em consequência da recessão mundial e da tendência para uma maior integração europeia. O debate em Portugal sobre o modelo de regime e a luta que se seguiu entre socialistas e comunistas suscitaram o interesse dos partidos sociais-democratas do Norte da Europa e dos socialistas mediterrânicos, que tinham opiniões divergentes sobre a natureza do socialismo e sobre as relações com os partidos eurocomunistas. Cada uma das facções esperava ver a validade dos seus pontos de vista confirmada pelos acontecimentos em Portugal.

O *Weltanschauung* socialista implicara sempre um compromisso de solidariedade internacional, mas este adquiriu novo significado e direccionamento nos anos 70, quando a Internacional Socialista assumiu uma postura cada vez mais activa, sob a direcção de Willy Brandt, Olof Palme e Bruno Kreisky. A Internacional criou em 1975 o Comité de Amizade e Solidariedade pela Democracia e pelo Socialismo em Portugal, que se tornou o veículo através do qual os dirigentes partidários conseguiram coordenar esforços para fornecerem apoio moral e material ao PS e aos governos portugueses de que este fez parte<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Em 1975 os socialistas estavam no governo, sozinhos ou em coligação, nos seguintes países: Áustria, Dinamarca, República Federal da Alemanha, Finlândia, Irlanda, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido (*Socialist Affairs*, xxv, n.º 6, Novembro/Dezembro de 1975, 107).

Dentro da CE debatiam-se as propostas respeitantes à União Europeia, à cooperação política europeia e à eleição directa do Parlamento Europeu. E em 1974, em Paris, chegou-se a acordo sobre o Conselho da Europa, que institucionalizava as cimeiras dos chefes de governo da CE. A adesão da Grã-Bretanha, Irlanda e Dinamarca abriu caminho para um maior alargamento e as negociações com a Grécia seguiam o seu curso.

A importância estratégica de Portugal, os aspectos económicos e políticos envolvidos na descolonização do seu enorme império africano e a ameaça da tomada do poder pelo Partido Comunista em 1975 deram aos acontecimentos neste país um carácter da maior urgência para a Europa (e para os Estados Unidos e a União Soviética) do que se a situação fosse outra. Poderiam vir a verificar-se repercussões nas relações Leste-Oeste, que estavam a entrar numa fase delicada nas negociações de Helsínquia sobre a CSCE.

## PAPEL DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Os socialistas portugueses procuravam activamente relacionar-se com os socialistas europeus, num esforço para obterem visibilidade e legitimidade, como partidos de formação recente que eram. A actividade partidária transnacional em que participaram o PS (e o seu predecessor, a Acção Socialista Portuguesa/ASP) e os grupos partidários da CE com ele relacionados passou por três fases distintas nos anos 70, cada uma delas com características particulares. No período pré-revolucionário (1969-1973), a tendência dominante era manter Portugal fora da CE; durante os seis governos provisórios (1974-1976), os socialistas europeus procuraram garantir ajuda financeira da CE a Portugal; durante o I Governo Constitucional (1976-1978) advogaram a abertura de negociações com Portugal para a adesão deste à Comunidade<sup>3</sup>.

## ANTES DA REVOLUÇÃO

A actividade partidária transnacional desenvolveu-se em dois órgãos da Comunidade, o Parlamento Europeu e o Conselho Europeu. Nesta fase, os socialistas portugueses exilados procuraram estabelecer laços com o Grupo Socialista e com o Gabinete de Ligação dos Partidos Sociais-Democratas da Comunidade Europeia, como parte da sua campanha antifascista e anticolonialista contra os regimes de Salazar e Caetano. O Gabinete, organizado em 1957, reflectira a estagnação que afectava todo o movimento de integra-

---

<sup>3</sup> O governo socialista caiu em Julho de 1978, mas o apoio dos socialistas da CE a Portugal estendeu-se bastante para lá de 1978, enquanto continuava o debate sobre a adesão. Portugal tornou-se formalmente membro da CE em 1986.

ção na Europa nos anos 60. Com a cimeira da Haia, em 1969, e o movimento positivo que resultou das decisões de expandir a Comunidade e reforçar o nível de integração económica, o Gabinete ganhou nova vitalidade.

O relatório Mozer, de 1973, preconizou a coordenação das políticas dos partidos dentro e fora do Parlamento Europeu. Recomendou que se expandisse a organização, de forma a incluir, além dos membros do Parlamento Europeu, os membros socialistas da Comissão, representantes da Internacional Socialista e representantes da Assembleia Consultiva do Conselho da Europa, assim como representantes dos partidos nacionais<sup>4</sup>. Dado este empenhamento no alargamento da CE, o Gabinete passou a manifestar um interesse mais activo pelas políticas internas da Europa meridional, na qual se verificavam mudanças de regime ou se esperava que elas ocorressem num futuro não muito distante.

Em 1971 o Gabinete convidou socialistas portugueses exilados a assistirem às suas reuniões como observadores e começou a emitir declarações criticando o regime e apelando à democratização em Portugal. Os socialistas salientaram publicamente que a qualidade de membros da CE estava reservada aos Estados democráticos. Invocaram o relatório Birkelbach, que afirmava: «Somos de opinião que só os Estados que garantam no seu território práticas governativas verdadeiramente democráticas e respeito pelos direitos e liberdades fundamentais podem tornar-se membros da nossa Comunidade<sup>5</sup>.»

Com a entrada na CE da Grã-Bretanha e da Dinamarca, membros da EFTA, em 1973, reforçou-se a pressão económica sobre o regime de Caetano por parte das elites económicas e dos investidores estrangeiros para que este aderisse à CE. No entanto, Portugal não foi capaz de ir além de um acordo de comércio livre com a CE em 1972. Neste aspecto, tudo indica que deram resultado as pressões políticas contra a adesão portuguesa exercidas pelos socialistas europeus (e também por outros partidos).

## DEPOIS DA REVOLUÇÃO/ENCORAJAMENTO À DEMOCRATIZAÇÃO

Uma vez regressado a Portugal, o Partido Socialista português (PS), de formação recente, continuou a manter ligações com os seus homólogos eu-

---

<sup>4</sup> *Relatório sobre a Reforma do Bureau dos Partidos Sociais-Democratas da Comunidade Europeia*, Luxemburgo, Bureau dos Partidos Sociais-Democratas da Comunidade Europeia, 8 de Março de 1974, 2-3, PS/CE/13/74.

<sup>5</sup> «Aspects politiques et institutionnels de l'adhésion ou de l'association à la Communauté — discussion d'un rapport de M. Birkelbach, fait au nom de la commission politique», Assemblée parlementaire européenne, Séance du Mardi, 23 de Janeiro de 1962, 55.

ropeus. O apoio dos partidos e chefes de governos socialistas europeus foi importante para dar credibilidade interna ao novo partido, suporte eleitoral contra o Partido Comunista Português (PCP), o único partido existente antes de 1974, e ajuda moral no sentido de manter a pressão sobre a liderança militar para que persistisse na democratização.

No período que se seguiu a 25 de Abril de 1974 registou-se uma interessante dinâmica na relação da CE com Portugal. Um dos observadores descreveu-a como uma abordagem bidireccional aos partidos e grupos socialistas que seguravam a «cenoura» da assistência e eventual adesão e a posição clara da Comissão e dos Estados membros no sentido de que nada disso aconteceria a menos que Portugal continuasse a ser uma democracia.

De 1974 em diante verificaram-se várias visitas a Portugal por parte de delegações socialistas, que depois elaboravam relatórios ao Parlamento Europeu, declarações públicas pelo Grupo Socialista e pela Confederação, debates públicos no Parlamento Europeu e o recurso ao tempo de perguntas para levarem a Comissão e o Conselho a agir. Os parlamentares socialistas europeus reconheciam que o próprio Parlamento tinha falta de poder decisório, mas viam o seu papel como sendo o de influenciarem a Comissão e o Conselho e de agirem através dos respectivos partidos a nível nacional para afectarem as decisões governamentais. A julgar pelos resultados, obtiveram um êxito considerável.

No Parlamento Europeu, segundo os observadores, o Grupo Socialista fez um bom trabalho, velando para que o debate se mantivesse centrado na importância política de ajudar Portugal, e quanto mais cedo melhor. O Grupo Socialista desempenhou um papel eficaz nos debates, apresentando relatórios em primeira mão sobre a situação em Lisboa e garantindo aos seus parceiros no Parlamento que a democratização prosseguia. Depois da visita a Lisboa de uma delegação em Maio de 1974, por exemplo, o sr. Della Briotta, porta-voz do Grupo Socialista, preconizou um acordo de associação semelhante ao que a CE negociara havia pouco tempo com a Grécia e a Turquia, que abriria a possibilidade de uma posterior adesão total. O comissário Christopher Soames reconheceu a importância da questão, mas fez notar que competia à Comunidade «avançar cuidadosamente», dado que «os acontecimentos internos em Portugal» estavam «numa situação muito instável»<sup>6</sup>.

Durante o ano de 1975, a Comissão continuou a assumir uma atitude cautelosa. A CE, como instituição, não aprovava muito do que ia acontecendo em Portugal: o discurso revolucionário, as nacionalizações, a influência crescente da extrema-esquerda. A Comissão via a situação portuguesa em termos económicos, ao passo que o Conselho e muitos dos parlamentares

---

<sup>6</sup> *Debates do Parlamento Europeu*, 17 de Outubro de 1974, 208-211.

(não apenas do Grupo Socialista, mas de outros partidos) consideravam-na um problema político que exigia atenção imediata. Os debates parlamentares foram úteis para ventilar preocupações que certos órgãos e partidos nacionais preferiam não levantar publicamente. E a expressão dessas preocupações em Estrasburgo e Bruxelas reflectiu-se no debate político interno em Portugal, dando aos partidos políticos e aos militares moderados argumentos para reforçarem a sua exigência de prosseguimento da democratização.

Os chefes de governo europeus tornaram claro junto dos militares portugueses que sem provas de democratização não dariam ajuda financeira e muito menos consentiriam na adesão à CE. Esta foi a mensagem veiculada, por exemplo, pelo secretário dos Negócios Estrangeiros britânico James Callaghan no decorrer da sua visita, em Fevereiro de 1975, quando se avistou com o presidente Francisco Costa Gomes, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves e o ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares. Nas suas conversas em privado, o secretário dos Negócios Estrangeiros britânico foi muito directo, segundo revelou um dos participantes nas reuniões: avisou o Presidente de que Portugal poderia ver-se isolado na Europa se o país não se mantivesse na via democrática. Se o fizesse, podia contar com ajuda e auxílio para as reformas necessárias, incluindo apoio para aderir à CE.

Em Junho de 1975, o primeiro-ministro irlandês, Garret FitzGerald, visitou Portugal, na qualidade de presidente da Comunidade Económica Europeia. A sua missão era tornar clara a disponibilidade daquela organização para ajudar, mas também salientar que isso dependeria da institucionalização de uma democracia pluralista<sup>7</sup>. Esta foi a posição que FitzGerald recomendou à reunião do Conselho Europeu de 16-17 de Julho de 1975. O Conselho concordou em considerar uma cooperação económica e financeira mais estreita, mas não deixou de sublinhar: «A CE só pode apoiar uma democracia de natureza pluralista<sup>8</sup>.»

Os Alemães e Ingleses foram os primeiros a defender Portugal ao nível do Conselho de Ministros e do Conselho Europeu, instâncias que tomariam decisões sobre a assistência e a adesão. Embora se tratasse de decisões a nível governamental, reflectiam o empenhamento posto pelos líderes dos partidos socialistas em ajudarem Portugal, na sua qualidade de membros do Comité de Amizade e Solidariedade pela Democracia e pelo Socialismo em Portugal, da Internacional Socialista. Além disso, os partidos portugueses prosseguiram assiduamente os contactos partidários bilaterais para promoverem um desfecho favorável. Mário Soares, como vice-presidente da Internacional, viajava

---

<sup>7</sup> Garret FitzGerald, «Fui eu quem pôs Soares e Melo Antunes em contacto», in *Expresso* de 24 de Abril de 1993, 46.

<sup>8</sup> *Keesing's Contemporary Archives*, 13 de Fevereiro de 1976, 27567A.

com frequência, mantendo os dirigentes socialistas informados da política interna do seu país. Fazia o mesmo durante as suas frequentes visitas a Bruxelas, em que punha a Comissão ao corrente. Estava em estreito contacto com Willy Brandt, do SPD, visitando Bona muitas vezes e comunicando a partir de Lisboa, através do representante desse partido nesta cidade.

Assim que Bruxelas verificou que as forças moderadas nos sectores militares e civis estavam em ascensão, o Conselho avançou: em Outubro de 1975 autorizou assistência financeira de urgência. Ao abrigo do Acordo de Comércio Livre de 1972 foi concedida ajuda de emergência, no valor de 150 milhões de ecus, sob a forma de empréstimo subsidiado do Banco de Investimento Europeu. E em Janeiro de 1976 o Conselho autorizou a Comissão a encetar negociações com Portugal para permitir à CE acesso aos produtos excedentários portugueses, desenvolver um protocolo financeiro e discutir a cooperação tecnológica e o tratamento dado aos trabalhadores portugueses emigrados na CE.

## O I GOVERNO CONSTITUCIONAL/A ADESÃO DE PORTUGAL

Mas isto não era suficiente para a direcção do PS, que queria a adesão total. Em primeiro lugar, via a CE como uma tábua de salvação política para o país. Nas palavras de Soares, «somos europeus, sentimo-nos europeus e, como portugueses, queremos que o nosso país tenha, finalmente, voz e participe de forma activa na construção da Europa» (1976, 27). Os socialistas pensavam que a adesão à CE reforçaria a democratização já em curso e daria garantias aos elementos sociais mais conservadores, incluindo a comunidade empresarial, ajudando, assim, a debelar a reacção da direita. A adesão à CE seria uma compensação pelos anos em que Portugal fora um pária político na Europa e, devido à perda do império, daria ao país um novo ponto de convergência e uma nova identidade internacional.

A direcção dos militares revolucionários estava empenhada numa orientação terceiro-mundista na política externa e a maioria dos militares não se pronunciara a respeito da CE. O PS tomou a liderança, «vendendo» a ideia da CE como panaceia para os males económicos do país e intitulando-se, ao mesmo tempo, «o partido da Europa». Os socialistas acentuavam a ideia da CE como veículo de modernização da economia. O apoio dos fundos sociais e de desenvolvimento regional ajudaria Portugal a equiparar-se ao resto da Europa. Os defensores desta política salientavam que, como membro da CE, o país poderia ajudar as ex-colónias, ao abrigo da Convenção de Lomé. A decisão de pedir a adesão teve o apoio do PSD e do CDS. Só o Partido Comunista votou contra a moção do governo na Assembleia da República.

Em Janeiro de 1977 Portugal anunciou que estava interessado em obter a adesão plena e uma delegação de membros do PS e do governo, encabeçada

pelo primeiro-ministro Soares, encetou uma série de visitas às capitais dos nove membros da CE para auscultar as diversas opiniões. O primeiro-ministro James Callaghan prometeu a ajuda do governo trabalhista no encaminhamento do pedido de adesão de Portugal. Eram importantes os apoios democráticos que a CE pudesse fornecer; um dirigente do Partido Trabalhista afirmou que Portugal podia contar com um auxílio sem ambiguidades. Na República Federal da Alemanha registava-se um apoio entusiástico do SPD, mas também o empenhamento da CDU. Willy Brandt, segundo um dirigente do SPD, chegara a acordo com Helmut Kohl sobre a necessidade de preparar terreno para a entrada de Portugal e da Espanha. Em Setembro de 1977 os Portugueses assinaram em Bruxelas um protocolo financeiro em anexo ao Acordo de Comércio Livre de 1972. Segundo este protocolo, seriam fornecidos 200 milhões de ecus, sob a forma de empréstimo do Banco de Investimento Europeu, a 3% ao ano.

Os socialistas portugueses organizaram outra série de visitas a membros de governos e partidos europeus, orquestradas pelo Departamento Internacional do PS. Os outros partidos democráticos fizeram o mesmo, assistindo a congressos partidários e encontrando-se com membros de governos para reforçarem o apoio político, a nível do Conselho, ao pedido de adesão de Portugal. Este apresentou o seu pedido formal em 28 de Março de 1977.

Assim que se iniciou o processo de pedido de adesão, foram accionados novos mecanismos de cooperação interpartidária, que ajudaram os Portugueses a institucionalizar a sua relação com a CE. O Grupo Socialista do Parlamento Europeu, por exemplo, aceitou estagiários do PS, que trabalharam com o secretariado do Grupo, para se porem ao corrente das instituições, procedimentos, cultura política e estilo negocial da CE. Alguns desses estagiários passaram do Grupo para cargos da Comunidade, onde começaram a formar um núcleo de especialistas comunitários com disponibilidade para aconselhar os partidos e o governo portugueses.

Enquanto as negociações prosseguiam, foi criado um comité parlamentar conjunto de 18 parlamentares europeus e de 18 membros da Assembleia da República que foi encarregado de acompanhar o relacionamento dos Portugueses com a CE. O comité reunia-se duas vezes por ano, o que permitia uma via de comunicação em que os grupos partidários se mantinham ao corrente do que acontecia em Portugal e ajudavam os parlamentares portugueses a familiarizarem-se com as questões comunitárias que lhes diziam respeito e que poderiam afectar o processo de adesão.

Ao nível das relações partidárias bilaterais, os socialistas europeus com experiência comunitária serviam de conselheiros aos portugueses. Bruxelas tem o seu estilo próprio de funcionamento e negociação, afirmou um deles, e era importante para os portugueses aprenderem a estruturar discussões com

os responsáveis da CE e a promover os seus objectivos dentro da burocracia comunitária.

No Parlamento Europeu, o Grupo Socialista apoiou firmemente a adesão de Portugal por ver nela uma forma de garantir a consolidação da democracia. Um artigo na *EUSO* afirmava: «Agora temos de assegurar que a preparação das negociações de adesão e as próprias negociações não sejam prejudicadas por hesitações por parte de certos Estados membros. Isto aplica-se em primeiro lugar à Comissão, que, segundo os tratados, deve dar a sua opinião em relação ao pedido de adesão [...] O Grupo Socialista prometeu a Mário Soares, em Estrasburgo, o seu apoio à adesão portuguesa e mantém a sua posição<sup>9</sup>.»

Os debates parlamentares que se seguiram foram importantes porque deram oportunidade a que se exprimissem várias opiniões e a que os defensores da admissão de Portugal debatessem abertamente a questão com os que se lhe opunham. Desta forma, os debates, nos quais o Grupo Socialista desempenhou um papel fundamental, influenciaram a tomada de posição da Comunidade, quer em Bruxelas, quer junto dos Estados membros. Mas a cooperação partidária não foi fácil. Depois de se unir no seu apoio a Portugal no período crítico de 1974-1976, o Grupo Socialista começou a dar alguns sinais de divergências internas quando a discussão se centrou na adesão propriamente dita. Aqui os interesses nacionais começaram a sobrepor-se à solidariedade socialista.

Os Franceses, que tinham apoiado o PS desde a sua fundação e se manifestavam a favor da admissão de Portugal, Espanha e Grécia, tinham razões políticas internas para recuarem. Embora o governo de Raymond Barre tivesse encorajado Portugal numa primeira fase, a certa altura tomou posição contra o alargamento, especialmente em relação à Espanha, preocupado com a concorrência na agricultura. O PSF não podia dar uma imagem interna em que se posicionasse contra os interesses nacionais. Alegando a sua qualidade de membro do Grupo Socialista, o partido conseguiu alguma cobertura para defender a sua posição a favor de Portugal. Mais tarde evoluiu para uma posição em que apoiava o alargamento, mas só sob determinadas condições, entre as quais a inclusão dos produtos mediterrânicos na política agrícola comum, alterações às políticas regionais e industriais e o estabelecimento de vários períodos de transição com pré-condições<sup>10</sup>. Os socialistas italianos também se inquietavam com a concorrência agrícola da Espanha e de Portugal e com o facto de terem de partilhar alguns dos fundos para o desenvolvimento social e regional. Enquanto prosseguiram as negociações, ao lon-

---

<sup>9</sup> *EUSO: Europe socialiste*, n.º 2, 4 de Abril de 1977, 2-3.

<sup>10</sup> Jean Pierre Cot, «The French Socialist Party and the enlargement of the common market», in *EUSO*, n.º 9, Novembro de 1978, 3.

go da década de 80, estas preocupações foram-se resolvendo com a reforma da política agrícola comum e o reforço de recursos para os fundos especiais. Assim, com alguma dificuldade, o Grupo Socialista conseguiu manter a sua coesão.

O debate acerca de Portugal continuou na sessão do Parlamento de Setembro de 1977, em que foi aprovado o relatório Bayerl do Comité de Relações Económicas Externas. Este ratificava os Protocolos Adicional e Financeiro do Acordo de Comércio Livre de 1972 com Portugal. O Grupo Socialista fez notar que, além da ajuda financeira, os Portugueses precisavam de «alguma solidariedade deste Parlamento e de todos os europeus» e do sentimento de que «estamos com eles». O Grupo propôs que o ministro português dos Negócios Estrangeiros fosse convidado a participar nas reuniões sobre cooperação política dos ministros seus homólogos da CE e que se formasse uma comissão parlamentar conjunta<sup>11</sup> — posição também adoptada pelos democratas-cristãos europeus.

A decisão comunitária de iniciar as negociações com Portugal foi tomada ao nível do Conselho, com base nas recomendações da Comissão. Os membros do Conselho compreenderam que a sua aplicação envolvia problemas económicos sérios, mas estavam dispostos a pôr as reservas de lado. Tinham motivos políticos para apoiarem a assistência económica e a adesão de Portugal. O empenhamento da Alemanha e da Grã-Bretanha no alargamento foi um factor decisivo no êxito final do pedido de adesão português, contribuindo para o tornar realidade, apesar das apreensões francesas iniciais. A nível do Conselho, os socialistas portugueses exerceram fortes pressões junto dos outros partidos, numa base bilateral. Willy Brandt e outras personalidades da Internacional Socialista foram «excepcionalmente importantes» para a entrada dos Portugueses na Comunidade Europeia, segundo Manfred Michel, da Confederação dos Partidos Socialistas da CE. Brandt viu a CE como forma de estabelecer uma Europa ocidental socialista. Fora adepto incondicional do alargamento desde o início, pensando que a Escandinávia e a Grã-Bretanha tinham de estar na CE para a Europa poder tornar-se uma potência política e económica na cena internacional. Na sua opinião, a unidade europeia tornaria a CE atractiva para a Europa de Leste. Para o SPD, como salienta Lodge, havia uma relação entre a sua CE e a *Blocpolitik* (1976, 38-40).

A insistência dos membros do Conselho e do Grupo Socialista na importância política de ajudar Portugal levaram, finalmente, a Comissão a aceitar a ideia. Esta apresentou ao Conselho a sua opinião formal sobre a adesão portuguesa em 19 de Maio de 1978 e o Conselho concordou com a sua recomendação na reunião de 6 de Junho de 1978. O raciocínio expresso na declaração da Comissão seguia de perto o teor dos debates no Parlamento

Europeu. O vice-presidente da Comissão Natali reconheceu o papel do Parlamento durante o período de perguntas em Julho de 1978:

«Os principais aspectos da opinião [da Comissão sobre a candidatura portuguesa] estão em perfeita consonância com as votações sucessivas deste Parlamento. Portugal pretende entrar na Comunidade não tanto por razões económicas como por razões políticas, e isto também se aplica aos outros países candidatos: escolher a Europa significa escolher a democracia, a liberdade e a paz!... [A Comissão] actuará com base nas opiniões políticas que se exprimiram neste Parlamento; tem-nas respeitado nas suas opiniões e tenciona manter-se-lhes fiel<sup>12</sup>.»

A Comissão salientou que as razões políticas perfeitamente válidas para a admissão de Portugal não deveriam obscurecer os graves problemas económicos que estavam implicados na adesão, em particular para os Portugueses. A amplitude da tarefa que tinham pela frente era ilustrada por estes factos: um défice das contas correntes em 1977 de 1500 milhões de dólares, com as reservas praticamente esgotadas, importantes fraquezas estruturais em todos os sectores da actividade sócio-económica, 29% da população ainda ocupada na agricultura, mas produzindo apenas 10% do PNB, e uma estrutura industrial dominada por sectores tradicionais que passavam por uma recessão em todo o mundo<sup>13</sup>. As recomendações preconizavam um forte apoio financeiro e técnico da CE para ajudar o governo português a proceder à necessária reestruturação. O governo socialista caiu dois meses antes da decisão do Conselho e competiu aos governos que se sucederam ocupar-se dessas questões.

## IMPACTE NA POLÍTICA INTERNA

As declarações dos grupos partidários da Comunidade Europeia e dos chefes de governo relacionando os progressos na democratização com a concessão da ajuda financeira da CE influenciaram os dirigentes militares em Portugal, do mesmo modo que as dúvidas expressas publicamente pela Comissão e no debate parlamentar. Portugal estava em graves dificuldades financeiras e os chefes militares moderados perceberam que o país necessitava da ajuda da CE e dos aliados tradicionais, como a Grã-Bretanha, França e Alemanha. As visitas dos dirigentes políticos e das delegações partidárias europeias, a sua participação em comícios e aparições na televisão ajudaram a reforçar o apoio a uma solução democrática e deram um sinal visível ao governo militar e aos eleitores das suas preferências por essa solução. O caso

---

<sup>12</sup> *Debates do Parlamento Europeu*, 4 de Julho de 1978, 93-94.

<sup>13</sup> *Bulletin of the European Communities*, Maio de 1978, 1.1.3, 89.

português demonstra como pode ser importante para os políticos nacionais o apoio de protagonistas externos, encorajando-os a prosseguir nos seus esforços de democratização, numa situação aparentemente muito adversa.

A nível partidário, verificaram-se efeitos visíveis na direcção e organização do PS, na sua ideologia e estratégia de alianças. A decisão de pedir a adesão à CE marcou uma viragem no desenvolvimento do Partido Socialista. Nas primeiras Declarações de Princípios e Programa, o PS defendera a ideia da integração, mas salientara que a nova Europa devia ser uma Europa «ao serviço das classes trabalhadoras»<sup>14</sup>. Pelo menos inicialmente, a decisão do PS de aderir à CE conquistou a opinião pública portuguesa. As visitas de personalidades destacadas, a calorosa recepção ao primeiro-ministro Soares em Bruxelas e outras capitais — tudo isto reforçou a imagem do PS. Na campanha eleitoral de 1976 pôs-se especial ênfase na ideia de Portugal voltar a tomar o lugar que lhe pertencia como nação europeia. Houve poucas discussões realistas sobre o preço que seria pago por essa adesão. Preocupados como estavam com a política interna e com a sua primeira oportunidade, em quarenta anos, de participarem livremente na política, a maior parte dos eleitores pouco sabiam sobre a Comunidade Europeia e o papel que esta poderia desempenhar no futuro de Portugal<sup>15</sup>.

A nível ideológico e programático, a opção da CE significava que o PS teria de continuar a orientar-se para o centro do espectro político, com tudo quanto isso acarretava para o partido, eleitoral e internamente. O programa de austeridade negociado com o FMI e os efeitos de um estreitamento de relações com a CE em termos económicos dariam origem a um agravamento das condições de vida dos trabalhadores, dos pequenos empresários e agricultores, de cujos votos o partido dependia. Além disso, os restantes compromissos com o programa de acção socialista alimentaram as disputas internas que continuavam a assolar o partido. Os resultados eleitorais foram a expressão da penalização sofrida. Nas eleições autárquicas de 1978, por exemplo, o apoio ao PS em Évora desceu aos 17%, enquanto dois anos antes o partido obtivera 33%. E nas eleições legislativas de 1979 o PS recebeu 28,1% dos votos, ao passo que em 1976 obtivera 35%.

Também o sistema partidário foi afectado. A sua opção a favor da CE impeliu o PS para o centro e reforçou a sua rejeição de alianças com o PCP. Reabriu igualmente a possibilidade de uma aliança táctica com o Partido

---

<sup>14</sup> *Declaração de princípios, programa e estatutos*, 1974, 61.

<sup>15</sup> A passagem do tempo pouco alterou isto. Nas sondagens realizadas entre 1981 e 1983 cerca de 60% dos portugueses inquiridos sobre se apoiavam a unificação europeia responderam «não sei». O número correspondente para os 10 da CE foi de 16% e para a Espanha de 35%. («Public opinion in the EC», in *Eurobarometre*, n.º 26, Dezembro de 1986, cit. in Gallagher e Williams, *Southern European Socialism*, 253).

Social-Democrata (PSD), mas esta só viria a verificar-se em 1983, depois da revisão constitucional e depois de alterações na direcção do PSD. Não há dúvida de que a esperança manifestada por muitos dos membros do PSD e do Partido do Centro Democrático e Social (CDS) de que a adesão à CE alterasse o equilíbrio interno do poder político a favor da direita se confirmou nos anos 80 (Cravinho, 1983, 139). Embora o PS dominasse o bloco central, tendo obtido 36,4% dos votos em 1983, enquanto o PSD se ficava pelos 27%, dois anos depois os socialistas só obtiveram 20,8% da votação. O PSD estava bem encaminhado para se tornar o partido maioritário, estatuto que alcançou nas eleições de 1987, com 50,1% dos votos.

A opção europeia deu ao PS visibilidade, prestígio e realce em relação à sua política económica. Mas ao mesmo tempo exacerbou as suas fraquezas organizativas e de direcção. À medida que se desenrolava o processo de negociação, o primeiro-ministro Soares encarregou-se pessoalmente das relações com os dirigentes dos partidos e dos governos europeus no que tocava à adesão à CE. O facto de ter assumido responsabilidades de política externa numa série de áreas levou frequentemente o Ministério dos Negócios Estrangeiros a ficar isolado em termos de comunicação interna e contribuiu para a demissão, em Outubro de 1977, do ministro José Medeiros Ferreira, que mais tarde também abandonou o partido.

O processo de negociação reforçou as tendências oligárquicas do PS, quando o reduzido conjunto dos seus dirigentes passou a ocupar-se das relações com a CE, além de ter de governar um país em crise económica e política. As fraquezas organizativas do partido não foram superadas.

## IMPACTE NAS RELAÇÕES COM A CE

O caso português demonstra que os grupos partidários da CE, embora ainda limitados pelo equilíbrio do poder institucional na Comunidade, puderam influenciar a tomada de decisões desta sempre que se mantiveram coesos e coordenaram com cuidado a sua acção com os partidos nacionais. Os socialistas do Parlamento Europeu estavam determinados a ajudar Portugal e o PS. Trabalharam com os limitados poderes ao seu alcance para levarem a Comissão a aproximar-se do seu ponto de vista e coordenaram-se com os partidos socialistas para levarem a acção ao nível do Conselho. Os socialistas europeus conseguiram bons resultados porque foram capazes de combinar a solidariedade partidária com o poder dos governos e interesses nacionais.

A experiência portuguesa também demonstra que durante um período de mudança de regime os laços partidários podem proporcionar canais de comunicação úteis. Isto é especialmente verdade no período entre o colapso do antigo regime e o estabelecimento de novos enquadramentos institucionais,

incluindo os que se prendem com organizações regionais como a CE. Nessas alturas os laços já estabelecidos quebram-se, os funcionários públicos com ligações ao regime anterior deixam de merecer confiança e os ministérios estão por vezes mal servidos de quadros, visto que a nova liderança tem de atender a muitas coisas ao mesmo tempo. Em sociedades pouco organizadas, como Portugal, os contactos pessoais e os canais de comunicação não governamentais desempenham um papel importante no processo decisório.

Para a actividade partidária transnacional ser eficaz, o caso português revela que é necessário existir convergência política; interesse por parte dos partidos políticos nacionais e abertura às ligações externas; interesse por parte dos partidos políticos nacionais dos Estados membros; interesse na questão por parte dos grupos partidários da CE; e (isto é, talvez, o mais importante) interesse por parte dos governos nacionais. Porque a questão decisiva no caso português foi o facto de convir aos interesses nacionais dos Estados membros ajudar Portugal financeiramente e encorajar a sua adesão à CE.

#### BIBLIOGRAFIA

- CRAVINHO, João, «Characteristics and motives for entry», in *The Enlargement of the European Community: Case Studies of Greece, Portugal and Spain*. ed. José Luis Sampedro e Juan Antonio Payno, Londres, The Macmillan Press, Ltd., 1983.
- GALLAGHER, Tom, e Allan M. Williams (eds.), *Southern European Socialism: Parties, Elections and the Challenge of Government*, Manchester, Manchester University Press, 1989.
- HAAS, Ernst, *The Uniting of Europe: Political, Social, and Economic Forces 1950-1957*, Stanford, Stanford University Press, 1968.
- HENIG, Stanley (ed.), *Political Parties in the European Community*, Londres, George Allen and Unwin, Ltd., 1979.
- LODGE, Juliet, *The European Policy of the SPD (A Sage research paper)*, Beverly Hills, Sage Publications, 1976.
- O'DONNELL, Guillermo, Philippe C. Schmitter e Laurence Whitehead (ed.), *Transitions from Authoritarian Rule: Prospects for Democracy*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1986.
- PRIDHAM, Geoffrey, e Pippa Pridham, *Transnational Party Cooperation and European Integration*, Londres, George Allen and Unwin, 1981.
- PRIDHAM, Geoffrey, *Securing Democracy: Political Parties and Democratic Consolidation in Southern Europe*, Londres, Routledge, 1990.
- PRIDHAM, Geoffrey, *Encouraging Democracy: The International Context of Regime Transition in Southern Europe*, Nova Iorque, St. Martin's Press, 1991.
- ROSENAU, James N. (ed.), *Linkage Politics: Essays on the Convergence of National and International Systems*, Nova Iorque, The Free Press, 1969.
- SABLOSKY, Juliet Antunes, *Transnational Party Activity and Domestic Political Development: The Case of Portugal*, Washington, Georgetown University, 1994, dissertação de doutoramento.
- SOARES, Mário, *A Europa Connosco*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976.